

Julho 2020  
BPC Policy Brief V.9 N. 5

# BPC Policy Brief

Cadernos BRICS-Urbe

**BRICS Monitor**

## **Desigualdades e políticas públicas nas sociedades**



**BRICS Policy Center** Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS



## Sobre o BRICS Policy Center

O BRICS Policy Center é dedicado ao estudo dos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e demais potências médias, e é administrado pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI), em colaboração com o Instituto Pereira Passos (IPP).

Todos os papers têm sua publicação condicionada a pareceres externos. As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor (a) (es) (as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

## BRICS Policy Center

Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ  
Telefone: +55 21 2535-0447 / CEP: 22280-020  
[www.bricspolicycenter.org](http://www.bricspolicycenter.org) / [bpc@bricspolicycenter.org](mailto:bpc@bricspolicycenter.org)



**BRICS Policy Center** Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS



**Instituto  
de Relações  
Internacionais**



## Equipe BPC

Diretora do IRI  
**Marta Fernández**

Diretor do BRICS Policy Center  
**Paulo Esteves**

Conselho Acadêmico  
**Paulo Esteves**  
**Maria Elena Rodriguez**  
**Luis Manuel Fernandes**

Coordenadora Administrativa  
**Lia Frota e Lopes**

Assistente Administrativa  
**Luana Freitas**

International Project Manager  
**Thalyta Ferraz**

Layout e Design  
**Vinicius Kede**

### **BPC Policy Brief V.9 N.5**

Junho/Julho 2020.

Rio de Janeiro. PUC. BRICS Policy Center

**ISSN: 2318-1818**

28p ; 29,7 cm

1. Desigualdade
2. Políticas Públicas
3. Cidade
4. Cidadania
5. Direito da Mulher





## Índice

1. Apresentação .....	4
2. A morada da cidadania: a fragilização de direitos básicos sob a perspectiva da população em situação de rua no Rio de Janeiro .....	5
3. Violações ao Direito da Mulher à Cidade .....	11
4. Educação em crise .....	16
5. Dilemas do Acesso ao Ensino Superior no Brasil: da formulação de políticas públicas aos caminhos para a liberdade .....	21

## **Apresentação**

Criada no Reino Unido em 1919 como uma disciplina acadêmica formal, Relações Internacionais pode ser entendida como uma espécie de inovação do período do pós Primeira Guerra. Na chave de todas as transformações que marcaram esse período crítico da história recente, a criação dessa nova forma de pensar o mundo representou uma inovação epistemológica, a partir da qual as ciências sociais e humanas passam a ser agrupadas na chave de uma disciplina que nasce com um propósito: lidar com o problema da guerra.

Essa publicação busca recuperar essa razão prática original das RI, mas entendendo que, no mundo de hoje, o principal problema a ser resolvido já não é mais a guerra. Após décadas de expansão e consolidação global da forma neoliberal do capitalismo, a desigualdade, nas suas múltiplas manifestações, emerge como o principal problema de nossa época. Estudos recentes, como os elaborados pela Oxfam em 2015, evidenciam estatisticamente que, desde que se tem notícias, nosso mundo nunca foi tão desigual. A maior parte de toda riqueza produzida e acumulada no mundo de hoje se concentra nas mãos de alguns poucos homens.

Diante desse cenário, convidei alguns alunos de graduação de Relações Internacionais na PUC-Rio a desenvolverem, como exercício final do curso de estudos avançados “Desigualdades e políticas públicas nas sociedades contemporâneas” a refletirem sobre dimensões distintas do problema da desigualdade em um esforço de encontrar formas de resolver esse problema.

Dos textos apresentados, selecionei os que achei que foram capazes de apresentar reflexões mais profundas e que evidenciam o engajamento dos alunos com a temática. Ao longo dessa edição, o leitor encontrará jovens graduandos se esforçando não só para compreender as dinâmicas e dimensões das desigualdades em uma perspectiva teórica, mas, acima de tudo, dispostos a situarem a si mesmos no cenário mais amplos das desigualdades, reconhecendo lugares de fala e buscando encontrar saídas para uma problemática que atravessa e impacta a todos nós, mas também de modo desigual.

**Sérgio Veloso**

*Professor de Relações Internacionais da PUC-Rio  
Coordenador do BRICS-Urbe.*

# **A morada da cidadania: a fragilização de direitos básicos sob a perspectiva da população em situação de rua no Rio de Janeiro**

Ana Carolina Santoro Cupello e Ana Clara de Mello Figueiredo

## **1. Introdução**

A palavra homelessness, no inglês, possui não apenas o sentido de falta da habitação, mas também o de falta do sentido de pertencimento a um meio. Pensar aqui na população em que vive nas ruas da cidade é refletir sobre como a ausência de um direito básico – a moradia – atenta à violação de uma série de outros direitos (humanos) básicos como segurança, saúde, educação e, até mesmo, o direito à vida (ONU, 2015).

As ruas sempre foram em alguma instância meio de expressão de diferença, mas principalmente um meio de se observar os reflexos da desigualdade. A situação da população em situação de rua é uma das expressões da miséria atingindo o ápice nos principais centros urbanos, tanto no Brasil, quanto em outras localidades do mundo – segundo o Relatório Especial das Nações Unidas (2015) sobre direito à moradia enquanto direito básico à condição humana, o crescimento da população de rua é uma crise mundial dos direitos humanos diretamente ligada ao aumento da desigualdade.

Ser caracterizado como um indivíduo em situação de rua não significa apenas a negação do direito básico da moradia, mas é estar inserido dentro de um grupo social (ONU, 2015). Embora os parâmetros para definir o que é de fato a situação de rua varie – seja a ausência de uma localização fixa, seja a partir do que falta na vida desse indivíduo –, o denominador comum é a estigmatização social em cima de uma população que é criminalizada e excluída.

Tendo em mente os aspectos citados, o presente artigo busca delinear algumas das relações entre o aumento da população moradora de rua e a deterioração de direitos básicos em um contexto de crise econômica. Vale destacar acima de tudo como a percepção de direito a ter direitos está ligada a uma percepção de grupos sociais e como esta pode resultar em políticas públicas de abordagens variadas. A partir do cenário, o texto contará com uma sessão com uma breve descrição sobre o cenário carioca e nacional seguida de uma reflexão sobre desigualdade e marginalização para, finalmente, desembocar em um convite a repensar perspectivas nas considerações finais.

## **2. Um panorama da população nas ruas no cenário Nacional e Carioca**

Em 2016, foi estimado que mais de 15.000 pessoas moravam nas ruas do município do Rio de Janeiro. Hoje, esse número pode se mostrar muito maior por conta da crise financeira e do alto nível de desemprego que atravessa o país. Entretanto, em março de 2018, a prefeitura da cidade divulgou que somente 5.000 pessoas mo-

ravam nas ruas do Rio (G1, 2018). As divergências em relação aos números se mostram diante das dificuldades de se contabilizar essa população, do desinteresse dos governantes em resolver o problema e de não ter um censo oficial que faça a contagem (SASSE; OLIVEIRA, 2019).

Diante desses entraves, o que vemos hoje é a falta de políticas de públicas para lidar com a forma mais clara de desigualdade que conseguimos observar: a extrema pobreza. Considerando a situação acima, de acordo com o Decreto Presidencial 7.053 de 2009, pessoas em situação de rua são classificadas como sendo um

“grupo populacional heterogêneo que possui em comum: pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os locais públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (Decreto Presidencial, 2009).

Por serem um grupo heterogêneo, a solução para o problema se torna mais complexa pois existem diferentes razões para essas pessoas estarem nas ruas (SASSE; OLIVEIRA, 2019). Em uma pesquisa feita em 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o perfil dessa população é em sua maioria negra ou parda, homens e têm entre 22 e 44 anos.

Além disso, 48% têm o primeiro grau incompleto e 15% nunca haviam estudado, muitos são usuários de drogas (ibid, 2019) e/ou têm desavenças com a família como no caso da população LGBTI (ONU, 2019). Há ainda os casos de migrantes vindos de outros Estados para buscar oportunidades de trabalho (LENCIONI, 2018) e trabalhadores que dormem em albergues ou até mesmo na rua para não gastarem dinheiro com passagem para as suas casas (O DIA, 2013).

Apesar da falta de interesse público no problema e de poucas ou nenhuma solução aparente, medidas paliativas são tomadas por parte da sociedade civil e poder público. Dessa forma, a cidade do Rio de Janeiro conta com 63 abrigos com capacidade total de 2,3 mil pessoas para que as mesmas possam pernoitar, se alimentar e tomar banho. Entretanto, o número da população de rua é de 15 mil pessoas, não tendo vaga para todos. A falta de investimento em conservação e construção de mais abrigos é outro problema, tornando a rua muitas vezes mais atraente que os próprios abrigos (CASTRO; SARZA, 2019).

A sociedade civil por sua vez, tenta dar uma assistência mais filantrópica fornecendo comida, roupas, ajuda para tirar documentos ou até mesmo visibilidade por meio de entrevistas realizadas e publicadas em redes sociais<sup>1</sup>. Porém, essa assistência, apesar de ser importante e ajudar muitas pessoas, também se mostra insuficiente e não trata o problema pela sua base.

Assim, levando em conta toda a complexidade da situação, quando pensamos em políticas públicas para a solução do problema, não devemos pensar somente em desenvolvimento econômico. É necessário pensar também em políticas de justiça social, investimento em educação pública de qualidade, combate a LGBTfobia, apoio e tratamento a usuários de drogas e doentes mentais, além de controle de passagens em transportes públicos. Somente assim, podemos começar a tratar o problema pela sua raiz, ao invés de lidar somente com as consequências.

### 3. Uma tentativa de análise de estruturas

Com o objetivo de tentar analisar o processo por trás do aumento do número de pessoas na rua no cenário carioca, a presente seção buscará destrinchar, sem esgotar o debate, alguns dos principais aspectos que rondam o processo. Sabe-se que o processo em torno da formação das camadas populacionais em extrema pobreza se configura um cenário complexo e dimensionado por diversos fatores e variáveis e que, obviamente, o recorte da cidade do Rio de Janeiro não representa em sua totalidade cada população em situação de rua na sociedade brasileira.

---

(1) Cruz Vermelha, Projeto Ruas e Rio Invisível são exemplos de organizações que dão esse tipo de assistência.

Sabe-se que a marginalização e o processo de esvaziamento de direitos é uma realidade para aqueles que vivem nas ruas da capital carioca. Aderindo-se ao artigo de Lúcio Kowarick, “Viver em Risco – sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano”, o título infere não apenas um cenário econômico cada vez mais construído em cima da imprevisibilidade, flexibilidade e precarização do trabalhador, mas aqui também será direcionado às vulnerabilidades impostas à essa população pelo meio urbano.

A Constituição de 1988 é um dos marcos tanto para o processo de redemocratização como para os direitos do cidadão – não à toa é conhecida como a “Constituição Cidadã”. No entanto, o que se observa na atualidade é como processos de flexibilização de direitos, em especial no que concerne às relações de trabalho na atualidade, são fatores chaves na estrutura de precarização de acesso a direitos. No entanto, quando o grupo é a população que utiliza das ruas como moradia, a falta de acessibilidade é ainda mais grave. Embora haja um sistema político democrático, a garantia de direitos básicos é questionável – principalmente quando o assunto é a população moradora de rua (KOWARICK, 2001).

Pensar em um exército de reserva quando o assunto é mão de obra não engloba uma população, que nem ao menos consegue inserir-se na dinâmica do mercado de trabalho, mais do que isso não consegue acesso a direitos básicos. Embora sejam direitos constitucionalmente garantidos, frequentemente em cenários de crise ou ainda de enfoque em atores do setor privado, observa-se que em cima dessas “justificativas” de crise. Há um esvaziamento das responsabilidades sociais (e constitucionais) do Estado – este tachado como inoperante, falido e corrupto – com o bem-estar populacional. É a forma como a ortodoxia econômica responde em cenários de crise – o corte de gastos e aumento de impostos é um primeiro momento a via adotada.

Nesse sentido, os processos de exclusão causados pelo sistema de produção capitalista se dão tanto na acessibilidade ao exercício de uma função no mercado, mas ainda como a incapacidade de acessá-lo configura um obstáculo a outros direitos. A precarização das relações de trabalho que reflete em um aumento exponencial da população de rua nos últimos anos também se reflete na “flexibilização” das garantias de uma série de outros fatores.

Ter uma moradia, um logradouro, um endereço, é um ponto de partida para se pensar direito. Na verdade, em dois tipos. Um deles é o direito a ter uma propriedade privada. Pode-se refletir aqui como um cenário de crise e desemprego se soma a especulação imobiliária – especialmente expressa nas principais capitais e zonas próximas às maiores oportunidades de emprego – a falta de acessibilidade a uma moradia fixa e como problemas financeiros acabam se comportando como catalisadores de conflitos familiares (FOLHA, 2019), mas um determinante para uma parcela dos que moram nas ruas de centros urbanos.

O segundo tipo parte do ponto de como outros direitos elementares são defasados, uma vez que o fator moradia é minado. Mais do que a possibilidade de pensar em sua influência enquanto fator limitante do acesso a serviços médico-hospitalares, assistência social e ainda a uma remuneração adequada, pode-se pensar como a ausência de um logradouro pode minar o acesso a documentos essenciais ao acesso a outros direitos. A forma como cidadania e o direito de ocupar espaços de fato dentro da cidade frequentemente se condicionam à necessidade de informar um endereço de partida. Como traz Kowarick (2001), essa dinâmica “ao mesmo tempo que produz novas modalidades, reproduz antigas formas de produção capitalista estruturadas no pauperismo, desigualdade e marginalização, no subdesenvolvimento social e econômico.” (pág 11).

“o desenvolvimento periférico não se contrapõe às reformas sociais e econômicas na direção de ampliar direitos básicos de cidadania e consolidar sistemas democráticos, enquanto de outra se sublinha que as mazelas sociais e econômicas são de caráter estrutural e o sistema democrático é formal e ineficaz para enfrentar as crescentes desigualdades, ao mesmo tempo que se reafirma que a superação dessas contradições está fora do horizonte do sistema capitalista.” (KOWARICK, 2001, p. 11)



Nesta estrutura se expressa na qual há o reconhecimento do cenário de democracia, mas também a ausência de direitos básicos e necessários à subsistência de uma parcela da população que tende a crescer. São momentos marcados pela precarização dos sistemas de proteção social visto em cima de desmontes de serviços públicos e novas regulamentações. Em dois movimentos observa-se como mais do que pensar o desmonte de políticas sociais e formas de tentar contrabalançar minimamente o subdesenvolvimento da industrialização urbana nas regiões metropolitanas, mas ainda na precarização de serviços coletivos até a perda ou ausência de direitos.

A precarização, seja no acesso a direitos básicos e civis, seja no obstáculo de se inserir no mercado, se configura um fator de pobreza que afeta não apenas as populações mais vulneráveis – inserem-se aqui as crianças, mulheres e a população que se aproxima ou já está na 3ª idade. Além disso, a soma de tais aspectos culmina na exclusão do acesso e de quebra há um movimento de invisibilização dessas pessoas tanto aos olhos do Estado quanto da própria sociedade como um todo.

O que Kowarick referencia como um “apartheid social” das nossas cidades se expressa na exclusão e ainda no direcionamento do uso das mais variadas formas de violências legitimadas de Estado. O confisco de pertences, a violência de agentes da “segurança pública”, mas acima de tudo na exclusão proporcionada também pela exclusão aos olhos da população economicamente inserida e ainda na negação ao próprio consumo condicionadas aqueles que já em situação de miséria se encontram impedidos de simplesmente transitar em espaços de consumos. Nesse aspecto, a marginalidade “não foi equacionada enquanto algo à parte, excluído das dinâmicas básicas da sociedade, mas como uma modalidade de inclusão [...] integrante do processo produtivo.” (KOWARICK, 2001, p. 11)

Estar inserido na categoria de “morador de rua”, o “vagabundo”, o “desocupado”, o “mendigo”, além da perda da individualidade dessas pessoas, se configura um rótulo da perda de direitos, mas ainda no desenvolvimento de uma “mentalidade exterminatória” alimentada pela associação da pobreza à violência. A exclusão social aqui não abrange apenas banir ou isolar, mas de negar ao outro o direito de ter direitos – é o momento em que “representações e práticas levam à demonização do outro, tido e havido como encarnação do mal e, portanto, passível de ser eliminado” (KOWARICK, 2001, p. 22 apud CASTEL, 1995).

Os processos de esvaziamento da cidadania da população em situação de rua são permeadas por diversos fatores que transitam entre a invisibilização e ausência de direitos, mas ainda à vulnerabilidade, à violências do meio urbano e das práticas de segurança do próprio Estado. O processo é permeado por causas variadas que incutem em consequências de campos tão diversificados, os quais pensar a própria reversão de quadro e a possibilidade de reinserção é dificultada pela hostilidade e mais ainda pelo desmonte de políticas que por si só já eram insuficientes.

## **4. Considerações Finais**

Pensar na estrutura que desemboca no aumento da população em situação de rua é pensar em todos os fatores que levam a expressão da pobreza e da deterioração de direitos atingindo seu ápice. O aumento dessa população acaba corroborando ainda para uma série de problemas de gerência resultantes do aumento da incapacidade do Estado e órgãos públicos de responder individual e estruturalmente o que leva a esse cenário de ineficiência e abandono da responsabilidade de proteção social.

Não se pode dissociar a importância da moradia enquanto direito fundamental para o acesso aos demais direitos básicos. A importância da localização é tida como fator chave para registro e acesso aos principais ser-



viços públicos. Nesse sentido, cabe inferir como o binômio casa/moradia demonstra dilemas entre acesso e privação e, simultaneamente, de exposição e proteção. Como traz Kowarick (2001): “a rua, tida como o espaço da adversidade por excelência” deve ser pensada ainda como “o espaço social do anonimato, do imponderável e imprevisível, local portanto do perigo e da violência.” (p. 23)

Em um cenário de crise econômica e que se soma a redução de verba para políticas públicas, assim como de capacidade de absorção de mão de obra pelo mercado, o pauperismo e a precarização do trabalho se tornam cada vez mais um fenômeno de massas (KOWARICK, 2001). Há uma diversidade muito grande dentro do grupo social que é denominado como “população em situação de rua”, no entanto não se pode negar como o fator econômico permeia e afeta cenários de problemas econômicos e financeiros, discriminação no meio doméstico, o acesso a drogas (e tratamentos), mas ainda inerentes aos diversos problemas sociais e estruturais que historicamente subjagam uma parcela da população à moradia nas ruas da cidade.

Não cabe aqui pensar em políticas de assistencialismo como solução, mas que pensar em moradia como um elemento básico ao acesso a direitos básicos seja um ponto de partida para refletir políticas públicas e sua estrutura como um todo. Com isso, mais do que pensar caminhos para solução de problemas emergenciais, a busca por soluções deve abranger o enfrentamento de percepções estigmatizadas causadoras da marginalização social, mas ainda como a iniciativa de redução das vulnerabilidades tão frequentemente vistas em cenários de privação de direitos.

## 5. Referências

**CASTEL, Robert.** Les pièges de l'exclusion. Lien social et Politiques, Numéro 34, automne 1995, p. 13–21.

**G1,** 2018. Número de moradores de rua aumenta nas praias do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/numero-de-moradores-de-rua-aumenta-nas-praias-do-rio-de-janeiro.ghtml>> Acesso em 4 Dezembro 2019.

**FOLHA,** 2019. Em dois anos, SP vê salto de 66% de pessoas abordadas vivendo nas ruas. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/em-dois-anos-sp-ve-salto-de-66-de-pessoas-abordadas-nas-ruas.shtml>> último Acesso 29 Novembro 2019.

**KOWARICK, Lúcio.** Viver em risco - Sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. Novos Estudos, nº 63, 2001.

**KOWARICK, Lúcio.** Escritos urbanos. São Paulo: Editora, 34, 2000, pp. 108-110.

**O DIA,** 2013. Excluídos da mobilidade urbana. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/conteudo/noticia/observatorio/2013-09-14/os-excluidos-da-mobilidade-urbana.html>> Acesso em 4 Dezembro 2019.

**LENCIONE, Caio.** Brasil tem mais de 100 mil pessoas em situação de rua aponta IPEA. Observatório do 3º Setor, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/30/rio-tem-abrigos-para-15percent-da-populacao-em-situacao-de-rua-mostra-levantamento.ghtml>> Acesso em 4 Dezembro 2019.

**ONU, 2015.** Relatório Especial do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <[https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Relat%C3%B3rio\\_Popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.pdf](https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Relat%C3%B3rio_Popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.pdf)> Acesso em 4 Dezembro 2019.

**ONU, 2019.** Discriminação aumenta risco de jovens LGBTI irem morar na rua dizem relatores da ONU. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/discriminacao-aumenta-risco-de-jovens-lgbti-irem-morar-na-rua-dizem-re relatores/>> Acesso em 4 Dezembro 2019.

**SASSE, Cíntia; OLIVEIRA, Nelson.** Especial Cidadania - População em Situação de Rua. Senado Federal, 2019; Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/especial-cidadania-populacao-em-situacao-de-rua>> Acesso em 4 Dezembro 2019. <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/brasil-100-mil-pessoas-em-situacao-de-rua/>

# Violações ao Direito da Mulher à Cidade

Giulia Neiva, Juliana Soares e Marina Kronemberger

## 1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar as violações ao direito da mulher à cidade por meio da violência vivida pela mulher no espaço público urbano das cidades brasileiras. Haja vista que, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou um estupro a cada onze minutos em 2015 (Soares, 2017), sendo a mulher a vítima em 89% dos casos (Lima; Bueno, 2016, p. 38), torna-se imperioso estudar as causas da insegurança sofrida por essa parcela da população e pensar como solucionar essa grave violação de direitos humanos.

Ademais, no cenário urbano, as violações merecem destaque porque, como aponta Carolina Peterli (2016), as cidades foram construídas numa lógica androcêntrica que favorece a exclusão das mulheres do espaço público, uma vez que são os homens os principais responsáveis pelo avanço do sistema capitalista de produção. Logo, a inserção delas na vida pública foi – e permanece sendo – um processo conturbado de subjugação, onde as violações de seus direitos são constantes, porém, pouco estudadas pela comunidade científica.

Um grande problema atual e que afeta milhões de mulheres diariamente é o da violência no transporte público. O desrespeito, os abusos e a falta de segurança que toda mulher brasileira que depende desse meio de locomoção para se locomover passa, são violações diretas de um dos direitos humanos mais básicos: ir e vir. Essa violação diária que vai desde o ato verbal até o físico é inaceitável nos dias atuais e é difícil encontrar uma mulher que nunca tenha passado por isso.

Contudo, hoje em dia, medidas que buscam combater essas violações ainda são escassas. Logo, como mulheres que se enquadram nessa situação, visto que diariamente percorremos um longo trajeto até a Gávea por meio do transporte público, sintimo-nos motivadas e no dever de lutar por esse direito tão primordial e que remete a todas nós.

Dessa forma, este artigo pretende primeiramente exibir essas violações por meio de estatísticas coletadas em diversos estudos, para então contestar a normatividade na ação do Estado no combater às violações e, por fim, apresentar iniciativas e fazer recomendações capazes de atenuar esse cenário.

## 2. Violações ao direito da mulher à cidade: estatísticas

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizou em 2016 a décima edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e na seção “Combate à Violência de Gênero e Proteção dos Direitos das Mulheres”, Marina Pinheiro aponta que naquele ano, “no Brasil, 30% dos homens e mulheres concordam com a afirmação: ‘A mulher que usa roupas provocantes não pode reclamar se for estuprada’” (Lima; Bueno, 2016, p. 38). Aliado a essa informação está o registro de 45.460 casos de estupro em 2015, sendo os estados de São Paulo e Rio de Janeiro os maiores em números absolutos (Lima; Bueno, 2016, p. 37).

De acordo com a revista Metrôpoles, até a cor do batom entra na lista de precauções das mulheres, tornando comum o pensamento “melhor deixar para passar quando chegar”, pois “vai que um homem no vagão entende os lábios vermelhos como convite?” (Metrôpoles, 2017).

No que tange as políticas públicas, foi apontado que, para 59% dos entrevistados, as vítimas de violência sexual não recebem o apoio necessário e 54% acreditam que procurar uma justificativa para o estupro no comportamento da vítima significa culpar a mulher. Além disso, “96% concordam que é preciso ensinar os homens a respeitar as mulheres e não as mulheres a ter medo” (Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva, 2016, p. 2). Quando perguntados sobre o principal motivo para que um homem cometa uma violência sexual contra uma mulher, 76% das mulheres e 67% dos homens responderam que é a impunidade (Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva, 2016, p. 5).

Segundo um levantamento da ONG ActionAid (Metrôpoles, 2017), mais de 86% das brasileiras já foram vítimas de assédio em espaços públicos, sendo no transporte público onde elas mais têm medo de sofrer abordagens indesejadas. Além disso, outro estudo, realizado pelo Datafolha (Metrôpoles, 2017), chegou à mesma conclusão: cantadas, encoxadas, e contatos com as mãos já fizeram vítimas 35% das mulheres entrevistadas que utilizam metrô, ônibus ou trem todos os dias. Segundo o estudo, tal taxa é maior que as abordagens na rua (33%).

De acordo com outro estudo realizado pelo Datafolha, que especifica mais profundamente o tipo de assédio sofrido,

“o transporte público é o local onde mais ocorre assédio às mulheres da cidade: 35% dizem já ter sido alvo de algum tipo de assédio nesses apertos. 22% delas dizem ter sofrido assédio físico, enquanto 8% foram alvo de assédio verbal e 4% de ambos.” (Folha de São Paulo, 2015)

Assim, os dados citados acima permitem concluir que a sensação de insegurança no espaço urbano é alarmante, principalmente entre as mulheres, entre as quais o medo, bem como as violações, são muito maiores do que entre os homens.

### **3. Atuação do Estado e discussões teóricas**

O primeiro passo no caminho para uma maior igualdade entre homens e mulheres no Brasil se deu na Constituição Federal Brasileira de 1988, cujo artigo 5º estabelece que todos os homens e mulheres são iguais em direitos e em obrigações (Brasil, 1988). Já no âmbito internacional, em 1994, o país sediou a “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher” (1994).

A partir de 2003 foram feitas diversas ações legais em torno da proteção à mulher: a nova redação do Código Civil eliminou, em seu texto, todas as discriminações legais contra as mulheres; foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM); ocorreu em 2004 a “I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres”, que definiu o “I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres” e em 2007 foi publicado o “I Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher” (De Tilio, 2012, p. 78-80).

Em 2011, o “II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres” (PNPM) identificou como “vetor de desigualdades, a situação de vulnerabilidade da população jovem que conta com oportunidades reduzidas, além de constituírem as principais vítimas da violência urbana, das drogas e de outras situações de risco” (Brasil, 2008, p. 131). Foi nesse momento, então, que, por meio da ampliação do campo de atuação do governo federal, o direito à cidade foi reconhecido como uma necessidade da mulher.

Sob uma perspectiva feminista, Carolina Peterli (2016) analisa como a relação entre a política e o desenvolvimento urbano afeta a vida da mulher carioca e a faz se mobilizar pela garantia de seu espaço:

“Se por um lado, a cidade é produzida pelos atores da política tradicional como o Estado, empresas, empreiteiras, serviços; por outro, ela é produzida por pessoas que escapam às relações mediadas necessariamente pela circulação de mercadorias e pela lógica da acumulação.” (Peterli, 2016, p. 171).

Segundo Silvia Federici, o capitalismo orientou a organização das cidades por meio do “controle dos corpos, da sexualidade e do trabalho das mulheres” (Peterli, 2016, p. 172) de forma a garantir a reprodução da força de trabalho, o que a segregou da vida pública, confinando-a à vida doméstica. Dessa forma, Peterli afirma que “a busca contínua por modernização (...) acaba por alimentar uma dinâmica excludente, aprofundando os problemas sociais existentes nas cidades” (2016, p. 173).

As estatísticas apontadas anteriormente neste artigo exemplificam tais problemas sociais e chamam atenção para a necessidade de mudança desse cenário de violações contínuas por meio de políticas públicas mais eficientes. Apesar de o último relatório nacional para a Terceira Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas ter enumerado diversas iniciativas para a segurança da mulher, o acesso à cidade sequer é mencionado no documento.

Logo, como as iniciativas supracitadas indicam, é necessário que, para garantir o direito da mulher à cidade, haja um maior diálogo entre o poder público e a sociedade civil. Dessa maneira, a inserção da mulher no espaço público será mais concreta: a mulher estará mais ciente de sua posição e poderá reivindicar seus direitos com maior propriedade.

## 4. Iniciativas

Existente desde 2006 no Rio de Janeiro, o vagão exclusivo para mulheres em trens e metrô representou um avanço das reivindicações do movimento feminino, apesar da demora em sua regulamentação, a qual só se deu em 2017. Por mais que sua implementação tenha se dado em diferentes momentos de acordo com cada estado, uma crítica geral e atual é a falta de fiscalização desse espaço, principalmente nos horários de pico, momento de maior preocupação das mulheres.

Outro progresso realizado, agora no âmbito não governamental, foi a campanha do comitê HeForShe (integrante do movimento mundial da ONU Mulheres) contra o assédio sexual no transporte público. Com o slogan “Fim da linha para a violência contra a mulher”, tal iniciativa contra o assédio no metrô de Porto Alegre contou com a divulgação de cartazes nas estações que evidenciavam o Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher). Além disso, a campanha contou com intervenções artísticas por meio do uso do grafite e de batalhas de rap em determinadas estações durante três meses. O objetivo era sensibilizar o público e incentivar as usuárias a denunciar casos de abuso ocorridos no espaço dos vagões (ONU Brasil, 2018).

No entanto, o que se percebe atualmente é que o assédio sofrido pelas mulheres que utilizam o transporte público constantemente ainda é uma temática em grande parte negligenciada pelas autoridades. Segundo a ONU,

“O assédio sexual e outras formas de violência sexual em espaços públicos são uma ocorrência cotidiana para mulheres e meninas em todo o mundo... Isso acontece nas ruas, nos transportes públicos, nas escolas e nos locais de trabalho, nas instalações públicas, parques... Essa realidade reduz a liberdade de movimento das mulheres e das meninas. Reduz a sua capacidade de participar da escola, do trabalho e da vida pública. Embora a violência no domínio privado seja amplamente reconhecida como uma violação dos direitos humanos, a violência contra mulheres e meninas nos espaços públicos, continua a ser uma questão em grande parte negligenciada” (ONU, 2017 apud Ceccato, 2017, p. 1)

Entretanto, segundo Silvia Generali da Costa, autora do primeiro estudo sobre assédio sexual no Brasil, devemos considerar que esse tipo de violação vai muito além do impedimento de locomoção e de entraves à vida profissional das mulheres. Segundo a psicóloga e presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho de Psicologia do RS, um episódio de assédio sexual deixa marcas pela vida afora, visto que mexe com a autoestima e confiança da vítima. Assim, “independentemente da condição da mulher, um ato hostil, violento e agressivo faz com que ela se sinta abalada, ou que tenha sua autoestima reduzida e possa até desenvolver uma doença psicossomática” (Revista Donna, 2018), muitas vezes até se acreditando culpada pelo ocorrido.

Logo, os abusos sexuais praticados nos meios de transporte público são considerados corriqueiros na realidade das mulheres, mas não alcançam a mesma visibilidade dos abordados pela mídia ou investigados pelos órgãos especializados porque muitas vezes não são denunciados, seja por medo, desinformação ou pela certeza da impunidade dos agressores.

Destarte, é dever do Estado responsabilizar-se e considerar as necessidades específicas das mulheres no transporte público, entendendo que estas formam um grupo heterogêneo, para que assim se previna crimes contra tal grupo a partir de um melhor planejamento e manutenção das instalações de transporte. É necessário também um enfoque de longo prazo, que englobe todo o trajeto de deslocamento, para tanto um fortalecimento dos conselhos locais de prevenção de crime em cada bairro se mostra essencial para um controle direto e eficaz.

Doravante, por meio de uma combinação de esforços, como criação de novas plataformas de conscientização (com o uso de tecnologias e publicidade para registro desses crimes e suporte as vítimas), ação estatal e detalhamento da legislação, pode ser que avanços no âmbito da proteção da mulher nesses espaços sejam alcançados de forma mais veloz e funcional.



## 5. Referências Bibliográficas

- ANISTIA INTERNACIONAL.** Informe 2017/8. Londres: Amnesty International Ltd, 2018. Disponível em: <<https://anistia.org.br/direitos-humanos/informes-anuais/informe-anual-20172018-o-estado-dos-direitos-humanos-mundo/>>. Acesso em 02 nov. 2019.
- BRASIL. Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000. Organizada por Alexandre de Moraes.
- BRASIL. Presidência da República.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.
- BRASIL. Presidência da República.** Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.
- CECCATO, Vania.** Segurança da mulher no transporte público: Uma perspectiva internacional. KTH Royal Institute of Technology in Stockholm. 2017. Disponível em: <[https://www.sakraplatser.abe.kth.se/wp-content/uploads/sites/13/2017/08/Seguranca-da-Mulher\\_Ceccato\\_6julho2017.pdf](https://www.sakraplatser.abe.kth.se/wp-content/uploads/sites/13/2017/08/Seguranca-da-Mulher_Ceccato_6julho2017.pdf)>. Acesso em: 2 nov. 2019.
- COSTA, Silvia Generali da.** Assédio sexual: o que é, o que diz a lei e como denunciar se ocorrer com você. Revista Donna. 5 mar. 2018. Disponível em: <<http://revistadonna.clicrbs.com.br/comportamento-2/assedio-sexual-o-que-e-o-que-diz-lei-e-como-denunciar-se-ocorrer-com-voce/>>. Acesso em: 2 nov. 2019.
- DE TILIO, Rafael.** Marcos Legais Internacionais e Nacionais para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres: um percurso histórico. Revista Gestão e Políticas Públicas, v. 2, n. 1. 2012. p. 68-93.
- GODINHO, Tatau; RUAS, Priscilla; BRITO, Mariana. et al.** Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social. Brasília: ONU Mulheres, 2016.
- INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO/LOCOMOTIVA.** Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil. 2016. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/percepcoes-e-comportamentos-sobre-violencia-sexual-no-brasil-instituto-pa/>>. Acesso em: 02 nov. 2019.
- LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira (Org.).** Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016, ano 10.
- MENEZES, Leilane; SAMORANO, Carolina .** "Avisa Quando Chegar": O Assédio que Paralisa as Mulheres: Quando o medo é medido em quilômetros. Metrópoles, São Paulo, 17 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.metrópoles.com/materias-especiais/combate-ao-assedio-no-transporte-publico-empodera-as-mulheres>>. Acesso em: 2 nov. 2019.
- ONU BRASIL.** ElesPorElas lança campanha contra assédio sexual no transporte público em Porto Alegre (RS). Paz e Segurança. 30 jul. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/elesporelas-lanca-campanha-contra-assedio-sexual-no-transporte-publico-em-porto-alegre-rs/>>. Acesso em: 2 nov. 2019.
- PETERLI, Carolina.** Por uma cidade das mulheres: reflexões feministas sobre a reconstrução do Rio de Janeiro. In: MENDONÇA, Amanda; BASTOS, Priscila; GUEDES, Luisa. (Org.). Jovens Pesquisadoras: entre estudos e militância. Rio de Janeiro: Autografia, 2016, p. 170-88.



# Educação em crise

Juliana Nadalutti, Nathalia Ayres e Teresa Tarragó

## 1. Introdução

Em maio de 2019, o governo Bolsonaro anunciou o primeiro do que viria a ser uma série de cortes no orçamento da pauta de Educação. Considerando um orçamento de trilhões, Bolsonaro comparou com o filme “A Escolha de Sofia”, sua decisão árdua de bloquear aproximadamente 29 bilhões de reais destinados à Educação. De acordo com pesquisas, isso representaria um prejuízo de 3,4% no orçamento de universidades federais (G1, 2019). Sabe-se que grande parte das pesquisas produzidas pelo Brasil são feitas em universidades públicas. O corte não representa apenas uma diminuição no número de oportunidades para pessoas com situação financeira mais debilitada, mas significa também uma perda imensa para o Brasil no cenário internacional.

Este artigo pretende analisar, com base em teorias postuladas por Charles Tilly, as consequências do corte na educação para o Brasil. O texto, sob vertentes marxistas, é utilizado para analisar o papel do Estado como provedor de segurança para a sociedade e, mais do que isso, como o governante do Estado pode produzir desigualdades duradouras, isto é, que dificilmente são revertidas. Através de uma análise das políticas do Brasil atual, o artigo pretende prever como esses “contingenciamentos” do governo Bolsonaro podem afetar o país a longo prazo.

Por último, será apresentada uma comparação com o sistema estadunidense de financiamentos estudantis. De acordo com a lógica dos empréstimos, os estudantes que pretendem cursar as faculdades extremamente caras ficam endividados para o resto de suas vidas. Isso acontece quando as famílias não têm condições de pagar pelos estudos dos filhos e a única alternativa é adquirir financiamentos nos bancos ou nas próprias faculdades. Ao aceitar o empréstimo, o jovem mantém uma dívida com o governo durante décadas, algo que atrapalha seu desenvolvimento financeiro e eventual independência. Algo semelhante acontece no Brasil, através do sistema do FIES, outro programa que diminuiu consideravelmente devido aos cortes na educação.

## 2. Embasamento teórico

O embasamento teórico deste artigo será produzido a partir de argumentos expostos nos capítulos 1 e 7 do livro “Durable Inequality” de Charles Tilly (1998). Utilizando o Reino Unido como exemplo, o autor discute a origem de algumas esferas da desigualdade no país. Ele disserta acerca das disparidades nutricionais, econômicas, de gênero, entre outras. Tratando-se de um problema recorrente na história da humanidade, Tilly busca formular teorias que possam explicar as consequências da desigualdade nas sociedades. Ele utiliza o termo “durable inequalities” e discute suas formações, mudanças e persistência dessa condição, perpassando diversas relações sociais. Para ratificar sua análise, ele faz uso de conceitos de Weber e Marx, buscando traçar uma relação entre recursos e desigualdade.

[...] we discover and rediscover paired, recognized, organized, unequal categories such as black/white, male/female, married/unmarried, and citizen/noncitizen. The dividing line between such categories usually remains incomplete in two regards: first, some people (persons of mixed race, transsexuals, certified refugees, and so on) do not fit clearly on one side of the line or the other; and, second, in many situations the distinction between the members of any particular pair does not matter. Where they apply, however, paired and unequal categories do crucial organizational work, producing marked, durable differences in access to valued resources. Durable inequality depends heavily on the institutionalization of categorical pairs. (TILLY, 1998, p. 14)

O autor formula o conceito de “pares-categóricos”, ou seja, binarismos responsáveis pela produção de desigualdade. Ao determinar que esses pares estão presentes em todas as esferas sociais, o autor busca evidenciar a hierarquia que eles produzem. Se o “Eu” existe, é porque o “Outro” também existe. Esta co-constituição produz a hierarquia, em que o Eu é sempre visto como o par positivo em detrimento do Outro, que é negativo. Essa análise de pares-categóricos pode ser estendida à percepção de Marx sobre os donos dos meios de produção e os proletários. Assim, a hierarquia presente nesse par-categórico produz a desigualdade de renda tão exacerbada nas sociedades, uma desigualdade durável, como postula Tilly. Ademais, o autor faz uma crítica à Marx, afirmando que este par-categórico, que fundamentalmente constitui a relação do rico contra o pobre, não é o único presente na sociedade. Utilizando o conceito de status postulado por Weber, esse par-categórico dá origem a muitos outros, como por exemplo, as pessoas que têm educação e as que são ignorantes em termos de conhecimento (TILLY, 1998).

Essa desigualdade em termos principalmente de educação está presente em muitos países atualmente e é percebida exacerbadamente no Brasil. A crítica que se constrói neste artigo é em relação aos cortes na educação pelo presidente Bolsonaro e sua equipe econômica, algo que pode contribuir com a desigualdade já existente. Na visão marxista, o Estado ocupa um lugar fundamental que aloca recursos (TILLY, 1998). Ao deixar de alocar os recursos na área educacional, o Estado contribui para a construção dessa desigualdade durável que extrapolará para outros âmbitos, produzindo novas formas de desigualdade. Haverá uma propagação constante do par-categórico rico versus pobre, uma vez que o Estado, que deveria mitigar tal realidade, é o responsável por fomentá-la. Em última instância, o par categórico formado pelo Estado se constitui pela exploração versus alocação de oportunidades. Isto é, as estruturas sociais que exploram as pessoas mais pobres e a alocação de oportunidades que não se limitam a recursos materiais e são sempre direcionadas à parcela mais rica.

### 3. A crise na educação brasileira

[...] seria na verdade uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica. (FREIRE, 1984, p. 89)

As turbulências que perpassam todo o continente latino-americano incluem o Brasil de maneira evidente. Sob nova administração a partir desse ano, a virada rumo a projetos de extrema-direita tornou o povo brasileiro refém de uma lógica mercadológica que não possui o próprio povo como centralidade a proporcionar segurança e bem-estar. Os cortes de verbas em diversas áreas, especialmente na educação, anunciam tempos penosos para aqueles que ainda acreditam em igualdade, justiça e Direitos Humanos universais.

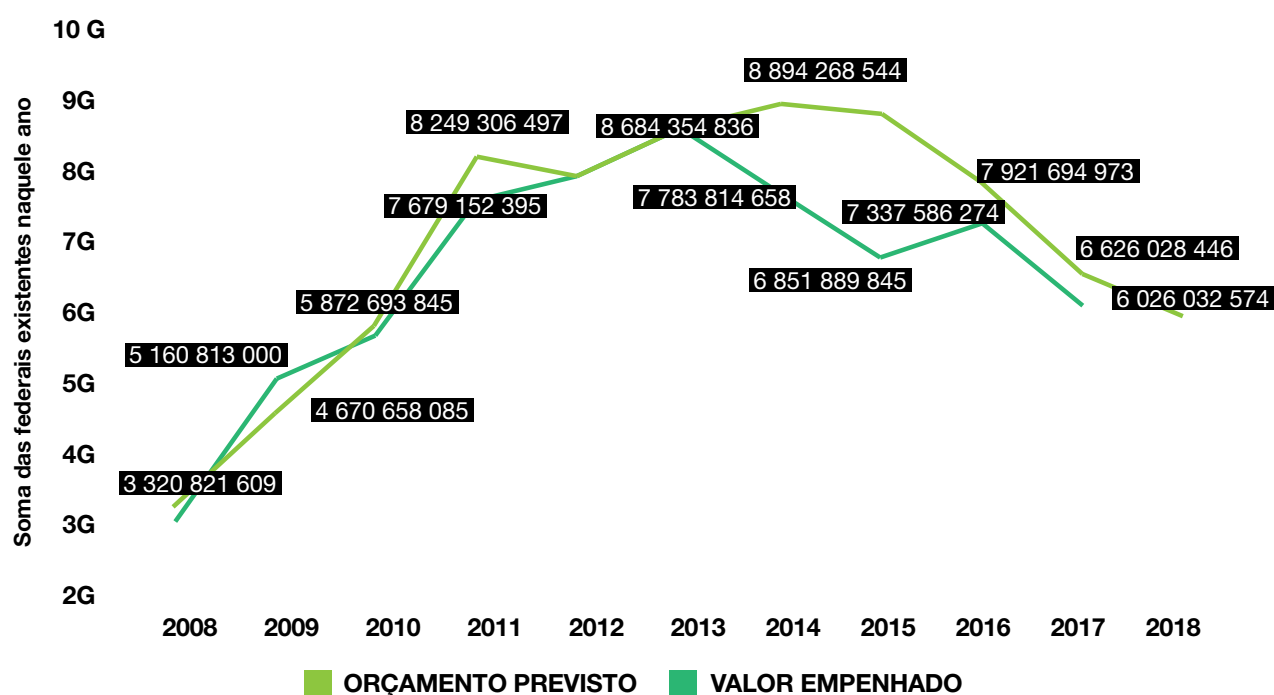
Como uma área já defasada, a educação brasileira segue menosprezada por aqueles cujo plano de governo é focado no mercado e na atração de investimentos externos e acreditam que para tal é preciso reduzir o tamanho do Estado na economia. No fim do mês de abril foi anunciado o congelamento de mais de um bilhão de reais no

investimento na educação superior (FIGUEIREDO; TENENTE, 2019), o que coloca em risco as pesquisas realizadas nas universidades, fundamentais para a evolução da ciência.

O sucateamento da educação, como já apontava Paulo Freire, não é por acaso – é um projeto em andamento idealizado pelas elites que comandam o país. O impacto desses “contingenciamentos” já está sendo experienciado por aqueles pertencentes às camadas mais baixas. Os cortes nas bolsas de mestrado e doutorado obrigam aqueles que não podem trabalhar de graça – uma vez que acordamos que pesquisa é, sim, trabalho – a sair de seus estudos e abandonar projetos científicos para procurar outro emprego, deixando de lado a ciência e pesquisas de suma importância. Aqueles que podem trabalhar sem remuneração são o reflexo de uma camada privilegiada que não representa a maioria e perversa realidade brasileira.

## Repasse do Governo às Universidades Federais

Compare a variação percentual da evolução do ORÇAMENTO PREVISTO e VALORES EMPENHADOS



**Fonte:** Secretaria de Planejamento e Orçamento/MEC (Em 2018, o MEC alterou a metodologia da composição orçamentária e, por isso, parte da verba de investimentos não é mais distribuída na dotação inicial, ou seja, no “orçamento previsto”: ela fica centralizada no MEC e é distribuída ao longo do ano, segundo diversos critérios; por isso, o MEC afirma que a dotação inicial de 2018 de cada universidade não pode ser mais comparada com a dos anos anteriores).

O fenômeno da elitização da educação segue em curso. O acesso tende a ficar cada vez mais restrito àqueles que possuem recursos, enquanto os demais vão sendo isolados da possibilidade de ingresso à pesquisa no ensino superior. Urge, então, a necessidade de conscientizar a toda população dessas consequências que as medidas governamentais no âmbito da educação terão, que acabam por afetar o próprio desenvolvimento do país. Sem a manifestação popular não há mudanças; sem a mobilização civil há um governo livre para não governar para o povo.

A conscientização conduz à rebeldia e essa última, segundo Freire (1996, p. 48):

[...] enquanto denúncia precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de superação. É a partir deste saber fundamental: mudar é difícil, mas é possível.

## **4. O ensino superior norte-americano: um sonho transformado em dívida**

O sistema estudantil norte americano, embora seja um pouco diferente do brasileiro, também comporta problemas estruturais. Ao graduar-se no ensino médio, um jovem norte-americano não tem a opção de encontrar universidades isentas de mensalidade, como acontece no Brasil. Caso o mesmo não consiga uma bolsa de estudos, a saída para ele é arcar com o preço completo de uma anuidade escolar, que, de acordo com a instituição Big Future, tende a custar uma média de \$40,000 ao ano.

Desejando alcançar o ensino superior e implementar seu currículo, a saída que o jovem norte-americano encontra está no débito estudantil. A partir disso, milhares de estudantes tomam empréstimos de altíssimo valor, acompanhados de elevados juros para pagar por sua educação, acumulando dívidas para o resto de suas vidas.

Americans have racked up a total of \$1.5 trillion in student debt, and they're having more trouble paying it off. More than one-third of all severely delinquent debt in the country is the result of the growing pile of derelict student loans, which topped \$89 billion by the second quarter of this year, compared to \$38 billion in the same period of 2013, according to the Federal Reserve Bank of New York. (WORLD ECONOMIC FORUM, 2019)

Além de afetar os planos de carreira de milhares de jovens norte-americanos, a atual crise do débito estudantil relaciona-se diretamente com a reconfiguração do estilo de vida estadunidense. Muitos jovens passaram a adiar marcos de suas vidas como comprar seu próprio imóvel e construir uma família (AKHTAR, 2019).

De acordo com The Guardian, é comum ver indivíduos devedores de empréstimos estudantis sendo proibidos de obter uma carteira profissional. Com isso, as chances de se obter um emprego não somente para sua sobrevivência, mas também para pagar os juros de seu financiamento estudantil caem, construindo assim um ciclo de dívidas que permeia para além do período convencional de estudo (THE GUARDIAN, 2018).

A dívida atrelada à empréstimos estudantis afeta milhares de indivíduos pelos Estados Unidos, mas não no mesmo grau. De acordo com a Associação Americana de Mulheres Universitárias, dois terços da dívida de empréstimos estudantis de 2019 está nas mãos de mulheres, conferindo aproximadamente um total de 900 bilhões de dólares (LAKE, 2019). Com a desigualdade salarial entre homens e mulheres, o pagamento da dívida estudantil torna-se mais difícil para as mulheres ao se graduarem, atrasando, conseqüentemente, seu desenvolvimento financeiro e carreira.

## **5. Conclusão**

Por fim, atesta-se que remover incentivos educacionais contribui para o gradativo fim da mobilidade social. Indivíduos de classes sociais menos abastadas sem estudo superior completo encontrarão maiores dificuldade de conseguir emprego de alta qualidade e remuneração, o que impossibilita que essas famílias tenham uma renda satisfatória. Para além disso, a temática de desigualdade no acesso ao ensino superior permeia diversas sociedades pelo mundo.

Em relação aos Estados Unidos, as elevadas taxas de juros para empréstimos estudantis e anuidades universitárias em ascensão contribuem cada vez mais para o endividamento social e precarização de empregos pelo país. Já no Brasil, o corte no setor da educação também poderá influenciar o número de estudos científicos publicados pelo país e altamente reconhecidos no cenário mundial. Desse modo, a posição internacional do Brasil

também será afetada, produzindo uma ainda maior desigualdade educacional entre o país latino-americano e os outros países produtores de ciência.

Assim, o ciclo de pobreza se mantém. Ele só poderá ser interrompido pelo Estado, o ator que deveria combater mais veementemente a desigualdade – fenômeno este cada vez mais distante da realidade neoliberal em voga.

## 6. Referências Bibliográficas

**AKHTAR, A.; HOFFOWER, H.** 11 mind-blowing facts that show just how dire the student-loan crisis in America is. Business Insider, 2019. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/student-loan-debt-crisis-college-cost-mind-blowing-facts-2019-7>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

**G1.** Bolsonaro diz que deverá fazer corte adicional de R\$ 2,5 bilhões no Orçamento. G1, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/20/bolsonaro-diz-que-havera-corte-de-r-25-bilhoes-no-orcamento.ghtml>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

**FIGUEIREDO, Patrícia; TENENTE, Luiza.** Entenda o corte de verba das universidades federais e saiba como são os orçamentos das 10 maiores. G1, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>> Acesso em 20 nov. 2019.

**FREIRE, Paulo.** Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

**FREIRE, Paulo.** Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

**KRUPNICK, Matt.** \$1.5tn in debt: student loan crisis shatters a generation's American dream. The Guardian, 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/money/2018/oct/04/student-loan-crisis-threatens-a-generations-american-dream>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

**LAKE, Rebecca.** Student Loan Debt Crisis Breakdown. The Balance, 2019. Disponível em: <<https://www.thebalance.com/student-loan-debt-crisis-breakdown-4171739>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

**TILLY, Charles.** Of Essence and Bonds. In: TILLY, Charles. Durable Inequality. Los Angeles: University of California Press, 1998. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/home/desigualdades/IRI%201998%20-%20Desigualdades?preview=Durable-Inequality.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2019.

**TILLY, Charles.** The Politics of Inequality. In: TILLY, Charles. Durable Inequality. Los Angeles: University of California Press, 1998. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/home/desigualdades/IRI%201998%20-%20Desigualdades?preview=Durable-Inequality.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2019.

**WORLD ECONOMIC FORUM.** America's student debt crisis explained. WEF, 2019. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2019/09/us-student-debt-crisis-explained-america-education/>>. Acesso em: 22 nov. 2019

# **Dilemas do Acesso ao Ensino Superior no Brasil: da formulação de políticas públicas aos caminhos para a liberdade**

João Emanuel Gomes e Lucas Felipe Lopes Silva

## **1. Introdução**

De acordo com estudos conduzidos acerca da condição econômico-social da população brasileira (Ribeiro & Menezes, 2008), o Brasil caracteriza-se pela presença marcante de uma estrutura de desigualdade - e reprodutora de desigualdades -, quanto à distribuição dos recursos por ela produzidos. Nesse sentido, a alocação desproporcional da renda per capita dentro da sociedade permite a criação de mecanismos reprodutores de desigualdade social. Esse problema culmina no cerceamento do acesso igualitário às oportunidades de emancipação individual (aqui, entendida em termos de liberdade).

Dentro deste contexto, este trabalho tem por finalidade discutir o tema do acesso ao ensino superior no Brasil e a formulação de políticas públicas ensejadas para mitigar as desigualdades inerentes a esse processo. Acreditamos que esta problematização abra espaços para o engajamento com outras questões mais amplas, como a estrutura deficitária da educação básica no país e sua correlação com a desigualdade social e de renda e a ascensão social. Estes pontos serão abordados no decorrer da discussão a ser apresentada a seguir.

Outrossim, discutiremos a eficácia da elaboração de políticas voltadas para a correção dos problemas acima apresentados, com enfoque especial sobre o PROUNI (Programa Universidade para Todos) criado em 2004 pelo Governo Federal. Partimos do pressuposto de que, tais medidas, conquanto válidas e necessárias, não são suficientes para lidar com o problema da desigualdade social e de renda no país. Ainda que, todavia, ofereçam um espaço de oportunidades para o estabelecimento de um sistema educacional de ensino menos desigual.

## **2. Ferramental teórico conceitual**

Com vistas a abordar o problema acima destacado, isto é, a desigualdade inerente no acesso ao ensino superior no Brasil, é necessário que tratemos, em primeiro lugar, das estruturas que permitem que essa problemática se perpetue ao longo do tempo. Sendo assim, o estudo realizado por Barros, Henriques e Mendonça apontam que a estrutura da desigualdade na sociedade brasileira se materializa em termos da má distribuição de renda e de oportunidades. Sendo estes os fatores responsáveis pela perpetuação de elevados níveis de pobreza no país (Ribeiro & Menezes, 2008).

De acordo com Ribeiro e Menezes, a comparação com o grau de pobreza no Brasil quanto aos demais países de renda per capita similar evidencia um maior nível na desigualdade daquele país. Este fato sugere a relevância da distribuição inadequada dos recursos para explicar a intensidade da pobreza nacional: enquanto a



população pobre brasileira representa cerca de 30% da população total, nos países de renda per capita similar à brasileira tal valor corresponde a menos de 10% (Ribeiro & Menezes, 2008).

Tal estrutura de distribuição de renda no país, traduzida em números, é apresentada da seguinte forma: os indivíduos que correspondem a parte 20% mais rica do país se apropriam de uma renda média entre 24 e 35 vezes superior à dos 20% mais pobres; os 10% mais ricos detêm uma renda que oscila entre 22 e 31 vezes acima do valor da renda obtida pelos 40% mais pobres da população brasileira; além disto, estes 10% de indivíduos também se apropriam de 50% da renda das famílias, enquanto a metade mais pobre da população brasileira dispõe de pouco mais de 10% da renda. Por fim, os 20% mais pobres apropriam-se somente de cerca de 2% do total da renda. Uma minoria composta pelo 1% mais rico da sociedade concentra uma parcela de renda superior à apropriada pelos 50% mais pobres (Ribeiro & Menezes, 2008). A redução da pobreza no Brasil deverá ser implementada, portanto, com estratégias que promovam o crescimento da renda per capita ou sua distribuição mais igualitária (Ribeiro & Menezes, 2008). Desta forma, não é possível dar prosseguimento a presente discussão sem antes abordar a questão da formação das classes sociais.

Nesse sentido, para Karl Marx, o corolário de uma tal concentração de renda, entre uma pequena parcela da classe social dominante (a elite), é que a influência da mesma se espalha junto às instituições e ao imaginário social (Bendix, 1974). Uma vez que, para Marx, a organização da produção é a base para a construção das classes sociais. Desta maneira, a posse da propriedade e a divisão do trabalho converte-se em uma faceta da dominação social e consequentemente orienta a formação de classes. Consequência disto são as bases para o estabelecimento da depreciação, em que os trabalhadores competem entre si por ganhos econômicos.

Max Weber, por sua vez, aponta que a formação de classes sociais ocorre em um cenário onde os indivíduos são situados pelo controle relativo sobre bens e habilidades. Este controle produz a renda, outros bens, e garante aos que o possuem um posicionamento social, direcionando-os a um certo estilo de vida. Aqueles que se encontram em uma classe similar são guiados por sentimentos e ideias compartilhados. Em divergência a certos preceitos na construção da concepção de classe elaborada por Karl Marx, Weber afirma que a situação de classe é, em última análise, uma situação de mercado. Além disso, o autor amplia o escopo do fator da determinação econômica das classes sociais, apresentando-a como um fenômeno mercadológico. Segundo ele, o prestígio é um aspecto importante na formação de classe, bem como o status que, baseado no modo de vida, educação formal e ocupação hereditária, torna-se capaz de produzir a estima social nos indivíduos (Bendix, 1974).

Retomando, uma vez mais, a discussão proposta por Ribeiro e Menezes (2008), os autores debruçaram-se sobre os argumentos de Amartya Sen, baseados em sua obra intitulada *Desenvolvimento como liberdade*, na qual o autor aborda a questão da desigualdade social a partir do prisma do desenvolvimento em termos da expansão das liberdades substantivas centrados nos agentes sociais. A obra de Sen busca apresentar uma concepção de justiça distributiva, que representa um avanço na forma de se conceber a relação entre a pobreza, a cidadania e a emancipação social e política dos indivíduos, uma vez que busca avaliar e desenvolver uma concepção de bem-estar centrada na realização do potencial humano (Ribeiro & Menezes, 2008).

Desta forma, o foco economicista do desenvolvimento atesta a possibilidade do mesmo ser atingido através da concretização do crescimento do Produto Interno Bruto de um país, do aumento da renda per capita, da industrialização, do avanço tecnológico e da modernização. Tal abordagem é substituída por uma concepção pluralista, redirecionando o debate sobre desenvolvimento para os fatores responsáveis por condicionar a plena realização dos potenciais inerentes a todos os indivíduos. Assim, os objetivos do desenvolvimento passam a definir-se a partir do compromisso ético e das metas sociais (Ribeiro & Menezes, 2008). Nos países considerados desenvolvidos, constata-se um alcance maior das possibilidades de escolha dos indivíduos. Tais escolhas dizem respeito ao aperfeiçoamento das potencialidades humanas, a depender de fatores socioculturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e liberdade (Ribeiro & Menezes, 2008).

De maneira geral, o argumento de Sen busca demonstrar que o desenvolvimento pode ser compreendido como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam (Ribeiro & Menezes, 2008).

Neste sentido, o desenvolvimento se realiza pela remoção das principais fontes de privação da liberdade, como a pobreza e a tirania, a carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (Ribeiro & Menezes, 2008). Além disso, a falta de desenvolvimento também pode estar associada à carência de serviços públicos e de assistência social, e da negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições à participação da vida social, política e econômica da comunidade (Ribeiro & Menezes, 2008).

Dando atenção a categoria das oportunidades sociais como fator capaz de promover o desenvolvimento econômico de uma sociedade, constata-se que, neste caso, o acesso àquelas oportunidades podem ter o efeito de aperfeiçoar os recursos humanos de uma sociedade (Ribeiro & Menezes, 2008). No Brasil, a criação destas oportunidades sociais tem ocorrido de maneira lenta, agindo, segundo Sen, como uma barreira para o desenvolvimento econômico (Ribeiro & Menezes, 2008).

Desta forma, estas lentes conceituais, aplicadas ao ensino superior do Brasil, permite a constatação de que este pode se tornar um fator, dentre outros, para a reprodução da desigualdade na sociedade brasileira.

### **3. A questão do ensino no Brasil**

De acordo com Costa Ribeiro, até a década de 1950, o Brasil era retardatário em seu desenvolvimento educacional (2007). Além disso, tal desenvolvimento é considerado atípico, em comparação àqueles ocorridos em outros países industrializados. Segundo a experiência destes países, uma vez ocorrida a saturação de um determinado nível educacional, sua taxa de crescimento diminui, e acelera-se o processo de crescimento do nível imediatamente superior. Contudo, o autor aponta que o Brasil apresenta um padrão inverso: as matrículas nos níveis de ensino mais elevados cresceram aceleradamente sem que houvesse uma saturação dos níveis do ensino primário (Costa Ribeiro, 2007).

Costa Ribeiro afirma que, segundo Castro (1986), tal padrão atípico de crescimento está relacionado às pressões políticas dos membros da elite educada e da classe média. Uma vez satisfeitas suas necessidades por ensino de primeiro e segundo graus, a elite e a classe média passam a batalhar pelo ensino universitário e de pós-graduação (Costa Ribeiro, 2007). O autor continua analisando que, até a década de 1980, o ponto mais deficitário da educação brasileira encontrava-se no ensino de primeiro grau. A expressão disto era o número insuficiente de escolas desse nível, e as altas taxas de repetência e abandono (Costa Ribeiro, 2007).

A falta de acesso a uma educação básica tornou um contingente considerável da população brasileira incapaz de adquirir as qualificações necessárias para progredir no sistema educacional e aumentar suas oportunidades de ascensão social (Costa Ribeiro, 2007). Segundo o relatório da Oxfam intitulado *A distância que nos une*, a educação é um fator crucial no combate às desigualdades. No Brasil, as disparidades educacionais são altas, o que contribui para o desenvolvimento e reforço de outros tipos de desigualdades (Oxfam, 2017). A média de anos de estudo do país é de 7,8 anos, abaixo das médias dos países latino americanos, e ainda menores em comparação aos países desenvolvidos. Além disso, a juventude negra e pobre é a mais afetada por barreiras educacionais (Oxfam, 2017).

Muito alunos ainda se encontram excluídos do acesso à educação infantil, sobretudo, nos últimos anos do ensino fundamental e do ensino médio. De acordo com os dados da último Pnad, cerca de 75% das crianças menores de quatro anos de idade não estão em creches ou em escolas. Também se identifica uma alta taxa de inconclusão do ensino médio, em cerca de 40%, e a taxa de abandono escolar, maior no ensino médio, a 6,8% (Oxfam, 2017). Tal situação afeta de forma desigual jovens negros e brancos, pobres e ricos, e de zonas rurais e urbanas. Essa configuração segmentada em categorias é analisada pelas lentes teóricas do trabalho de Charles Tilly (1998), em seu livro *Durable Inequality*, em que fornece o conceito de desigualdade de categoria (*categorical inequality*). Segundo o autor, as desigualdades persistentes encontradas na sociedade correspondem a diferenças de categorização entre grupos sociais.

Além disso, de acordo com o relatório da Oxfam (2017), indivíduos formados no ensino superior ganham até 2,5 vezes mais do que aqueles que concluíram apenas o ensino médio, uma diferença muito maior do que ocorre nos países da OCDE, cuja média é de 1,6. Tal diferença acentua a desigualdade de renda entre brasileiros, sobretudo, a população negra e feminina, cujos rendimentos são historicamente menores, independentemente do nível educacional (Oxfam, 2017). Ainda assim, mesmo nos casos em que tais populações concluíram o ensino superior, se evidenciam desigualdades salariais em comparação à população branca e masculina. Mulheres e negros também se concentram em carreiras com menor remuneração, e tendem a ganhar menos que homens e brancos mesmo nestas carreiras.

#### **4. Políticas Públicas de acesso ao Ensino Superior**

A partir dessa perspectiva buscaremos analisar iniciativas do Governo Federal adotados como medidas para mitigar a questão. De acordo com a pesquisa conduzida por Danielle da Costa e Norma-Iracema Ferreira (2017), o acesso ao ensino superior no Brasil é restringido por uma série de “barreiras”, dentre elas o número reduzido de vagas nas universidades públicas e os processos concorridos de seleção para o ingresso nas instituições. De acordo com as mesmas, o Governo Federal recorreu à criação de programas para a “expansão quantitativa do acesso à Educação Superior” (Costa & Ferreira, 2017, p. 142). Durante os governos Lula, foram criados os programas PROUNI (Programa Universidade para Todos) em 2004 e o FIES (Financiamento Estudantil) - política paralela a primeira. Além disso, durante o Governo Dilma (2012) foram criadas políticas de ações afirmativas, com o intuito de ampliar o acesso ao ensino superior as camadas populares, introduzido por meio das cotas sob a forma da Lei n.12.711/2012.

No que diz respeito ao PROUNI, os requisitos solicitados para requerimento da bolsa são: ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), além de obtenção da nota mínima estabelecida pelo Ministério da Educação. Bem como, o usufruto de renda familiar de até três salários mínimos per capita (Costa & Ferreira, 2017). Além disso agregam-se outras condicionantes como: “Ter cursado o ensino médio completo em escola pública, ou; ter cursado o ensino médio completo em escola privada com bolsa integral da instituição” (Brasil, 2005 apud Costa & Ferreira, 2017, p.143), e etc. Com base na pesquisa conduzida por Costa e Ferreira (2017), a representatividade de alunos bolsistas na rede de ensino superior privado entre 2005 e 2012 ampliou-se gradativamente, entre 2% e 3%. De modo que em 2012 7,3% das vagas ocupadas nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas no Brasil eram de alunos bolsistas.

Além disso, as autoras criticam o suposto discurso de democratização promovido pela política pública em questão. Para as autoras, além de promover uma distribuição de recursos para as IES privadas - em detrimento de emprega-los nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) -, a qualidade do ensino ofertado aos alunos que frequentam muitas destas universidades é de caráter duvidoso. As autoras fazem menção do estudo conduzido por Castro e Maris (2013) para evidenciar que, em 2013, 40% das 2.566 Graduações contempladas pelo PROUNI possuíam avaliações insatisfatórias pelo ENADE, que avalia a qualidade dos cursos de educação superior no Brasil. Isto é, conforme as notas dos Conceito Preliminar do Curso (CPC), que avalia os mesmos com notas de 1 a 5, 1044 instituições de ensino apresentavam notas de 1 a 2. Outrossim, as autoras concluem,

cabe destacar que o Programa como política focalizada para as camadas populares nesses termos acentua restrições, as quais se devem ao fato de estar distante de implementar e diminuir a causa do problema: a estratificação escolar e número insuficiente de vagas para Educação Superior nas IES públicas. Tais problemas acentuam a condição de exclusão de milhares de jovens que concluem o Ensino Médio e aspiram pela Educação Superior, à medida que a Educação Básica, também com problemas estruturais, acaba por reproduzir obstáculos aos estudantes para que concorram em par de igualdade a seleções e processos seletivos, permanecendo inalterada a situação de exclusão das camadas populares. (COSTA & FERREIRA, 2017, p. 153)

Dentro deste contexto, são levantadas outras questões que perpassam este tema. Nesse sentido, o fato de o programa destinar-se, principalmente, a alunos oriundos das camadas populares, que o acessam por meio do desempenho atribuído pelas notas do ENEM, pode colocá-los em condições desfavoráveis ao concorrer com outros candidatos por vagas em instituições de excelência acadêmica reconhecida. Logo, a possibilidade do

acesso de jovens de baixa renda a universidades de maior prestígio ainda depende em muito da qualidade da educação proporcionada pelo ensino público de nível médio. Estes alunos, por vezes, precisam enfrentar outros dilemas como o fenômeno denominado “exclusão dos incluídos” (Zago, 2006 apud Costa & Ferreira, 2017). Ou seja, enquanto estes alunos são assimilados (incluídos), por meio da admissão pelo sistema de ensino superior, os mesmos permanecem, por vezes, excluídos da possibilidade da escolha do curso, da carreira ou da profissão. Tendo em vista, os cortes produzidos pelas notas e a dificuldade de permanência destes alunos, dadas as exigências que são produzidas pelas expectativas dos padrões de excelência acadêmica.

O último fator apresentado acima, qual seja, a permanência dos alunos ingressantes é, ainda, agravada uma vez que muitas destas instituições não oferecem programas de apoio a permanência do aluno. Neste sentido, conquanto, as mensalidades do curso sejam pagas colocam-se outras questões que competem para a permanência ou a evasão daquele universitário, como moradia e alimentação conforme destacam Costa e Ferreira, 2017 - pode-se citar ainda fatores como: transporte, material didático, cursos complementares e outros. Nas palavras das autoras,

[M]esmo com o fato de o PROUNI arcar com as mensalidades, fica a questão de como os mais pobres poderão superar o fato de nas IES privadas serem inexistentes auxílio para moradia, alimentação e bolsas-auxílio, embora tal assistência seja requisito fundamental, em especial para o perfil dos estudantes selecionados. (COSTA & FERREIRA, 2017, p. 158)

Desta forma, as autoras concluíram com a pesquisa que,

1) Uma residual parcela da população tem tido bolsa para ingressar na Educação Superior; 2) A renúncia fiscal beneficia as IES privadas, e diminui a pressão no Governo Federal de arcar com a abertura de novas vagas nas IES públicas; 3) O volume da isenção fiscal acumulado entre 2006 a 2012 é tão significativo que poderia sustentar todas as IFES integralmente durante um ano, ainda com saldo significativo; 4) A distribuição dos bens educacionais entre os bolsistas PROUNI e acadêmicos pagantes é desigual, dirigindo os estudantes das camadas populares geralmente a Cursos pouco procurados e de baixa qualidade. (COSTA & FERREIRA, 2017, p. 159)

## 5. Conclusão

Portanto, com base na análise precedente concluímos que os mecanismos reprodutores de desigualdades no Brasil são fruto de um processo estrutural reforçado pela desigualdade de renda e de oportunidade. Nesse sentido, o Brasil caracteriza-se não como sendo um país pobre, mas desigual. Tal dilema propicia que haja no país uma grande lacuna entre as classes sociais, tornando sua transposição uma tarefa custosa. Além disso, a educação apresenta-se como uma ponte entre os diferentes extremos de uma tal composição societária.

Historicamente, o sistema educacional brasileiro foi orientado para atender os anseios por qualificação da classe dominante. De modo que os recursos alocados nesta área foram direcionados para a Educação Superior causando um grande déficit a rede pública de ensino básico e elementar. Com vistas a solucionar este problema o Governo Federal, nas últimas duas décadas, criou uma série de programas que, conquanto, ampliem as oportunidades de acesso ao ensino superior não solucionam o problema em questão.

Salientamos, uma vez mais, a partir da perspectiva de Amartya Sen, que as desigualdades sociais, quais quer que sejam seu caráter, só poderão ser dirimidas quando os esforços produtivos da sociedade forem direcionados para a realização do potencial humano. De forma que, a partir da educação e do acesso a bens culturais os indivíduos possam lograr maiores oportunidades de mudança da perspectiva/realidade social e, não obstante, tenham asseguradas sua emancipação individual adquirida sobre a forma de liberdade.

## 6. Referências Bibliográficas

**BENDIX, Reinhard.** Inequality and Social Structures: A Comparison of Marx and Weber. *American Sociological Review*, [s. l.], v. 39, n. 2, p. 149-161, abril 1974.

**COSTA, Danielle Dias da; FERREIRA, Norma-Iracema de Barros.** O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. *Avaliação : Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, Sorocaba, SP, v. 22, n. 1, p. 141-163, mar. 2017.

**OXFAM.** A Distância que nos Une: um retrato das desigualdades brasileiras. Oxfam Brasil, set. 2017, p. 60-62.

**RIBEIRO, Cláudio Oliveira; MENEZES, Roberto Goulart.** Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil: apontamentos a partir do enfoque analítico de Amartya Sen. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 42-55, jan./jun. 2008.

**RIBEIRO, Carlos Antonio Costa.** Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil. Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 188-194.

**TILLY, Charles.** Of Essences and Bonds. In.: *Durable Inequality*. University of California Press, Berkeley, London, 1998, p. 10 –35.



**BRICS Policy Center** Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo - Rio de Janeiro / RJ - Brasil

Telefone: (+55 21) 2535-0447 / CEP: 22280-020

**[www.bricspolicycenter.org](http://www.bricspolicycenter.org) / [bpc@bricspolicycenter.org](mailto:bpc@bricspolicycenter.org)**